

RELATÓRIO TRIMESTRAL · DF 1T2026

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Serviço Federal de Processamento de Dados*

## INDICADORES-CHAVE DO TRIMESTRE

LUCRO LÍQUIDO

**R\$ 375,2<sup>mi</sup>**▲ **+165,5%**  
vs. R\$ 141,3 mi (1T2025)RECEITA OPERACIONAL  
LÍQUIDA**R\$ 1,40<sup>bi</sup>**▲ **+44,8%**  
vs. R\$ 968,4 mi (1T2025)

MARGEM LÍQUIDA

**26,8%**▲ **+12,2 pp**  
vs. 14,6% (1T2025)

# Sumário

## DEMONSTRAÇÕES PRINCIPAIS

—	Balancos Patrimoniais	.....	3
—	Demonstrações dos Resultados (DRE)	.....	4
—	Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)	.....	5
—	Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA)	.....	6
—	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	.....	7

## NOTAS EXPLICATIVAS

<b>NOTA 1</b>	Contexto operacional	.....	8
<b>NOTA 2</b>	Base de preparação e apresentação das demonstrações	.....	10
<b>NOTA 3</b>	Políticas contábeis, gestão de risco cambial e correção de erros	.....	12
<b>NOTA 4</b>	Caixa e equivalentes de caixa	.....	13
<b>NOTA 5</b>	Clientes	.....	16
<b>NOTA 6</b>	Créditos diversos	.....	17
<b>NOTA 7</b>	Despesas Antecipadas	.....	17
<b>NOTA 8</b>	Ativo mantido para venda	.....	17
<b>NOTA 9</b>	Imobilizado	.....	18
<b>NOTA 10</b>	Intangível	.....	19
<b>NOTA 11</b>	Consignações	.....	20
<b>NOTA 12</b>	Obrigações a pagar	.....	21
<b>NOTA 13</b>	Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	.....	21
<b>NOTA 14</b>	Participação nos lucros ou resultados	.....	21
<b>NOTA 15</b>	Dividendos e Juros sobre capital próprio	.....	22
<b>NOTA 16</b>	Créditos tributários — Ativo Circulante	.....	22
<b>NOTA 17</b>	Tributos e encargos sociais — Passivo Circulante	.....	23
<b>NOTA 18</b>	Obrigações tributárias — Passivo Não Circulante	.....	23
<b>NOTA 19</b>	Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais	.....	24
<b>NOTA 20</b>	Benefícios a empregados	.....	29
<b>NOTA 21</b>	Arrendamento	.....	32
<b>NOTA 22</b>	Risco cambial	.....	35
<b>NOTA 23</b>	Patrimônio Líquido	.....	37
<b>NOTA 24</b>	Resultado do exercício	.....	39
<b>NOTA 25</b>	Partes relacionadas	.....	48
<b>NOTA 26</b>	Outras notas explicativas	.....	54
<b>NOTA 27</b>	Condições específicas do Serpro	.....	56

# Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 · Em milhares de reais

## ATIVO

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
<b>Circulante</b>	<b>3.853.725</b>	<b>3.675.940</b>
Caixa e equivalentes (NE 4)	2.183.610	2.523.497
Clientes (NE 5)	1.203.421	786.156
Créditos tributários (NE 16)	260.041	191.781
Créditos diversos a receber (NE 6)	101.938	48.209
Ressarcimento de pessoal (NE 25.2.3)	50.242	55.303
Despesas Antecipadas (NE 7)	34.076	50.773
Ativos mantidos para venda (NE 8)	20.131	20.131
Outros	266	90
<b>Não Circulante</b>	<b>2.900.806</b>	<b>2.969.540</b>
Realizável a longo prazo	888.589	903.075
Investimentos	231	228
Imobilizado (NE 9)	1.945.766	1.996.815
Intangível (NE 10)	66.220	69.422
<b>Total do Ativo</b>	<b>6.754.531</b>	<b>6.645.480</b>

## PASSIVO + PL

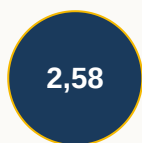
Descrição	Mar/2026	Dez/2025
<b>Circulante</b>	<b>1.496.007</b>	<b>1.671.512</b>
Consignações (NE 11)	93.048	106.318
Tributos e encargos sociais (NE 17)	130.306	120.335
Obrigações a pagar	1.040.532	1.127.743
Arrendamentos CP (NE 21)	227.390	315.958
Instrumentos Financeiros (NE 22)	3.501	—
Depósitos diversas origens	1.230	1.158
<b>Não Circulante</b>	<b>1.892.300</b>	<b>1.910.964</b>
Obrigações tributárias (NE 18)	70.260	67.943
Provisões trab., cíveis, fiscais (NE 19)	784.773	770.467
Benefícios pós-emprego (NE 20)	309.485	298.866
Arrendamentos LP (NE 21)	721.931	773.192
Outras obrigações	5.851	496
<b>Patrimônio Líquido (NE 23)</b>	<b>3.366.224</b>	<b>3.063.004</b>
Capital social	1.786.196	1.786.196
Reservas, lucros e OCI	1.580.028	1.276.808
<b>Total Passivo + PL</b>	<b>6.754.531</b>	<b>6.645.480</b>

### Indicadores patrimoniais — Mar/2026

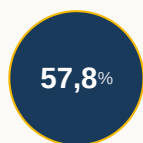
Estrutura, liquidez e endividamento sobre o Balanço apresentado



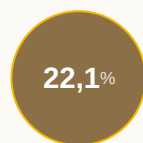
**TOTAL DE ATIVOS**  
+1,6% vs. Dez/2025



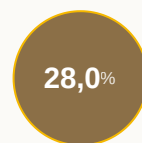
**LIQUIDEZ CORRENTE**  
Ativo CP / Passivo CP



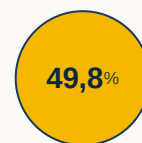
**IMOBILIZAÇÃO DO PL**  
Imobilizado / PL



**ENDIVIDAMENTO CURTO PRAZO**  
Passivo CP / Ativo



**ENDIVIDAMENTO LONGO PRAZO**  
Passivo LP / Ativo



**CAPITAL PRÓPRIO**  
PL / Ativo Total

Indicadores calculados sobre 31/03/2026 · Detalhamento por linha nas Notas Explicativas referenciadas.

# Demonstrações dos Resultados (DRE)

Em milhares de reais · Indicadores calculados sobre o trimestre Mar/2026

Descrição	NE	Mar/2026	Mar/2025
Receita operacional líquida	24.2	1.401.981	968.405
Custo dos serviços prestados	24.3.1	(665.339)	(481.667)
<b>Lucro bruto</b>	—	<b>736.642</b>	<b>486.738</b>
Despesas / Receitas operacionais	—	(403.952)	(382.207)
Despesas com vendas	24.3.2	(32.216)	(22.245)
Despesas gerais e administrativas	24.3.2	(369.578)	(363.585)
Perdas líquidas com créditos a receber	24.3.2	(2.116)	3.701
Outras despesas / receitas operacionais	24.3.2	(42)	(78)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	—	<b>332.690</b>	<b>104.531</b>
Resultado financeiro líquido	—	65.936	63.936
Receitas financeiras	24.4	92.290	77.823
Despesas financeiras	24.4	(26.354)	(13.887)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	—	<b>398.626</b>	<b>168.467</b>
Imposto de renda e contribuição social	—	(23.453)	(27.185)
Correntes	24.5.1	(14.215)	(27.795)
Diferidos	24.5.4	(9.238)	610
<b>Lucro líquido do exercício</b>	—	<b>375.173</b>	<b>141.282</b>

## Margens e variações — 1T2026

Indicadores de performance calculados sobre a DRE acima



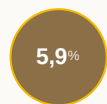
**VARIÇÃO DA RECEITA**  
vs. 1T2025



**MARGEM BRUTA**  
+0,3 pp vs. 1T2025



**MARGEM OPERACIONAL**  
+12,9 pp vs. 1T2025



**ALÍQUOTA EFETIVA IR/CSLL**  
vs. 16,1% em 1T2025



**MARGEM LÍQUIDA**  
+12,2 pp vs. 1T2025

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>375.173</b>	<b>141.282</b>
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(3.985)	8.619
Instrumentos Financeiros (líq. tributos)	11	336
EFPC Serpros (líq. tributos)	(2.017)	597
PAS/Serpro (líq. tributos)	955	(477)
Programa de Demissão (líq. tributos)	42	8.163
Derivativos cambiais (líq. tributos)	(2.976)	—
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>371.187</b>	<b>149.901</b>

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

Método indireto · Em milhares de reais · Indicadores calculados sobre Mar/2026

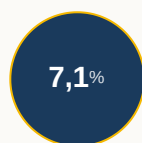
Descrição	Mar/2026	Mar/2025
<b>Atividades Operacionais</b>	—	—
Lucro antes da tributação do IR e CS	398.626	168.467
Depreciação e amortização	110.960	57.486
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.116	(3.701)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	14.429	11.578
Provisões benefício pós-emprego	9.537	17.570
Resultado de softwares desenvolvidos	(1.915)	(2.093)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(119.817)	29.067
Outros ajustes não-caixa	10.929	31.407
<b>Lucro ajustado</b>	<b>424.865</b>	<b>309.781</b>
Varição em ativos e passivos operacionais	(334.402)	(427.625)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.915)	—
Juros Pagos	4.815	9.425
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>88.363</b>	<b>(108.419)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>	—	—
Imobilizado	(98.929)	(58.745)
Intangível	(5.431)	(4.454)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(104.360)</b>	<b>(63.199)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>	—	—
Dividendos / JCP	(184.434)	(401.194)
Arrendamentos	(139.456)	—
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(323.890)</b>	<b>(401.194)</b>
<b>Varição de caixa e equivalentes no período</b>	<b>(339.887)</b>	<b>(572.812)</b>
Saldo Inicial — caixa e equivalentes	2.523.497	1.924.576
<b>Saldo Final — caixa e equivalentes</b>	<b>2.183.610</b>	<b>1.351.764</b>

## Geração de caixa — 1T2026

Capacidade operacional, investimento, retorno aos acionistas e variação líquida



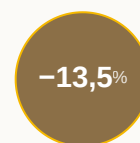
**COBERTURA OPERACIONAL**  
Caixa Op / Lucro Líq.



**CAPEX SOBRE RECEITA**  
Imobilizado / Receita



**DIVIDENDOS E JCP PAGOS**  
Distribuição aos acionistas



**VARIAÇÃO DO CAIXA**  
vs. Saldo Inicial

# Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA)

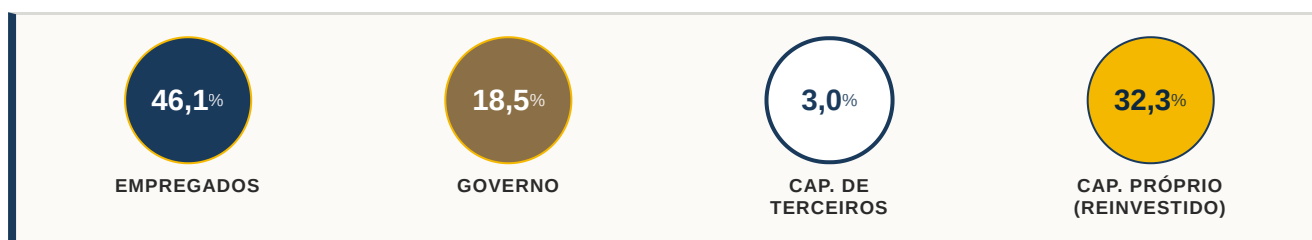
Em milhares de reais · Indicadores nos círculos calculados sobre Mar/2026

## Geração do Valor Adicionado

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Receitas	1.509.642	1.074.910
Receita Operacional Bruta	1.527.618	1.092.350
Resultado com créditos a receber	(2.116)	3.701
Descontos Concedidos	(3.677)	(117)
Vendas Canceladas	(12.183)	(21.024)
Insumos adquiridos de terceiros	(306.317)	(188.672)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.203.325</b>	<b>886.238</b>
Retenções (depreciação e provisões judiciais)	(134.455)	(97.063)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>1.068.870</b>	<b>789.175</b>
Recebido de terceiros (receitas financeiras)	92.290	77.823
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.161.160</b>	<b>866.998</b>

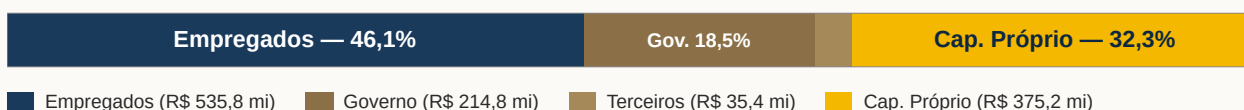
## Distribuição do Valor Adicionado

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	535.817	518.938
Governo (Impostos e Contribuições)	214.767	187.865
Capitais de Terceiros (Juros)	35.403	18.913
Capitais Próprios	375.173	141.282
Dividendos e JCP do exercício	67.968	47.461
Realização da Reserva	(830)	27
Lucros Retidos	308.035	93.794
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>1.161.160</b>	<b>866.998</b>



### Composição visual da distribuição — Mar/2026

Barra horizontal proporcional ao Valor Adicionado total de R\$ 1.161,2 milhões



# Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Em milhares de reais (R\$ mil)

Movimentação 1º Trimestre 2025

Descrição	Capital	Reservas Reavaliação	Reservas Legal	Reservas Retenção	Divid. Adic.	Lucros Acum.	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dez/2024</b>	<b>1.786.196</b>	<b>90.877</b>	<b>162.730</b>	<b>432.933</b>	<b>228.532</b>	<b>—</b>	<b>26.631</b>	<b>2.727.899</b>
Lucros / Prejuízos líquidos	—	—	—	—	—	141.282	—	141.282
Realização Res. Reavaliação	—	27	—	—	—	(27)	—	—
Dividendos e JCP Creditados	—	—	—	—	—	(47.461)	—	(47.461)
Dividendos adic. propostos	—	—	—	—	(228.532)	—	—	(228.532)
Outros Resultados Abrangentes	—	—	—	—	—	—	8.619	8.619
<b>Saldo em 31 de Mar/2025</b>	<b>1.786.196</b>	<b>90.904</b>	<b>162.730</b>	<b>432.933</b>	<b>—</b>	<b>93.794</b>	<b>35.250</b>	<b>2.601.807</b>

Movimentação 1º Trimestre 2026

Descrição	Capital	Reservas Reavaliação	Reservas Legal	Reservas Retenção	Divid. Adic.	Lucros Acum.	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dez/2025</b>	<b>1.786.196</b>	<b>89.717</b>	<b>200.483</b>	<b>971.789</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>14.819</b>	<b>3.063.004</b>
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	—	375.173	—	375.173
Realização Res. Reavaliação	—	(830)	—	—	—	830	—	—
Dividendos e JCP Creditados	—	—	—	—	—	(67.968)	—	(67.968)
Outros Resultados Abrangentes	—	—	—	—	—	—	(3.985)	(3.985)
<b>Saldo em 31 de Mar/2026</b>	<b>1.786.196</b>	<b>88.887</b>	<b>200.483</b>	<b>971.789</b>	<b>—</b>	<b>308.035</b>	<b>10.834</b>	<b>3.366.224</b>

NOTA 1

## Contexto operacional

LUCRO LÍQUIDO 1T2026

**R\$ 375,2 mi**

vs. R\$ 141,3 mi no 1T2025

MARGEM LÍQUIDA

**26,8%**

Sobre R\$ 1,40 bi de  
receita

LUCRO 2025 CHEIO

**R\$ 755 mi**

Resultado histórico  
recente

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais aplicáveis.

Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal. Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. O SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, sendo referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. É o protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital, oferecendo Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

A estrutura patrimonial do SERPRO é um reflexo direto de sua atuação estratégica. Por operar data centers 24/7 e desenvolver tecnologias próprias para o Estado, a empresa concentra seu patrimônio em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, a necessidade de manter essa infraestrutura e garantir a segurança da informação gera despesas operacionais significativas, que moldam a composição de suas demonstrações contábeis.

### Agente estratégico do Estado brasileiro

No primeiro trimestre de 2026, a Empresa alcançou um lucro líquido de R\$ 375,2 milhões, resultado que reafirma a solidez e a trajetória de crescimento observada no fechamento do exercício de 2025, quando registrou um lucro histórico de R\$ 755 milhões. Esse desempenho financeiro recorrente atesta a eficiência operacional da organização e consolida sua posição como o principal agente executor da Estratégia Nacional de Governo Digital.

A atuação do Serpro abrange diversas frentes estratégicas, com destaque para a transformação digital federativa via Programa Prefeitura +Digital e a plataforma Cidades.gov.br, evoluções no ecossistema gov.br (autenticação, biometria, Carteira de Identidade Nacional — CIN), e ações em segurança pública/justiça via ecossistema SINESP e interoperabilidade de dados.

OPERAÇÃO

**24/7**

Disponibilidade contínua dos data centers, suportando sistemas críticos da Administração Pública Federal.

NOTA 1 (continuação)

## Contexto operacional

Adicionalmente, o Serpro vem desempenhando papel crucial em agendas governamentais específicas, como o desenvolvimento do sistema de visto eletrônico (e-Visa), a sustentação tecnológica para a COP30 e o desenvolvimento de soluções digitais para a viabilização da Reforma Tributária, no contexto do novo modelo de tributação do consumo.

Para sustentar essa entrega de valor, a gestão técnica dos ativos imobilizados e intangíveis é orientada para garantir a resiliência ininterrupta dos centros de dados e a soberania digital sobre as informações críticas da Administração Pública Federal, operando sob rigorosos protocolos de segurança cibernética e conformidade com a LGPD. Esse esforço de modernização estende-se ao compromisso com iniciativas ESG, contemplando eficiência energética e inclusão digital.

Cumprir ainda destacar que o Serpro reforçou sua atuação em soberania digital por meio da expansão da Nuvem de Governo, da arquitetura multinuvem e do avanço de projetos estruturantes do Estado brasileiro. Entre esses projetos, destaca-se a implementação de soluções tecnológicas relacionadas à Reforma Tributária do Consumo, desenvolvidas com integração à Nuvem de Governo para assegurar soberania de dados, conformidade regulatória, alta disponibilidade e rastreabilidade dos processos.

Além disso, a Empresa deu continuidade à modernização do legado tecnológico, com a migração de sistemas antes suportados em ambiente mainframe para plataformas mais modernas e para a própria Nuvem de Governo. Esse movimento contribui para reduzir dependências tecnológicas, ampliar a escalabilidade, fortalecer a continuidade dos negócios e aprimorar a segurança, a inviolabilidade e a soberania dos dados da Administração Pública.

### Sazonalidade do Fluxo Financeiro

É importante considerar que a dinâmica financeira do setor público possui especificidades, como prazos diferenciados para execução orçamentária e fluxos de pagamento que podem impactar momentaneamente os resultados financeiros do Serpro — por exemplo, uma variação do estoque de Contas a Receber dos clientes públicos OGU (que representam a maior parte do faturamento), que acompanha a capacidade financeira dessas entidades.

A sazonalidade das receitas, fortemente influenciada pela execução orçamentária do Governo Federal, tem efeito direto na capacidade operacional da empresa ao longo do ano, tendo em vista que a maior parte da receita da empresa provém de contratos com entidades públicas. A sazonalidade, combinada com os efeitos dos indicadores macroeconômicos — como inflação, taxa de juros e restrições fiscais — pode comprometer a capacidade de investimento e custeio do Governo, impactando diretamente os negócios do SERPRO. A empresa, portanto, está sujeita a oscilações que exigem planejamento financeiro e estratégias de mitigação de riscos.

NOTA 2

## Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade. A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou quando aplicáveis pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A administração declara que as demonstrações representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade nas datas dos Balanços.

### 2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras trimestrais de 2026, encerrado em 31 de março, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 12 de maio de 2026.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, com variações impactando diretamente o resultado do exercício. Os passivos de arrendamento também foram mensurados pelo valor presente das obrigações de pagamento, em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto o resultado do exercício quanto os Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

#### 2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

### 2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

#### 2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas são apresentadas pelo valor líquido quando permitido pelas normas contábeis aplicáveis, especialmente quando há direito legal de compensação e intenção de quitar pelo valor líquido, conforme CPC 39.

NOTA 2 (continuação)

## Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa — DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem à movimentação do imobilizado e do intangível, pagamentos de dividendos e arrendamentos, respectivamente.

### 2.6 Demonstração do Valor Adicionado — DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

### 2.7 Demonstração do Resultado do Exercício — DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 — Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício é apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados detalhados por natureza.

### 2.8 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis relevantes e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1
Redução ao valor recuperável	5.1.1
Depreciação / Amortização	9 e 10
Provisões Judiciais e Administrativas	19
Benefícios a Empregados	20
Arrendamento	21

### 2.9 Arrendamento

Em 2025, o SERPRO celebrou contrato de arrendamento de ativos de tecnologia (superior a 12 meses), cujo objeto contempla a disponibilização de equipamentos de armazenamento e processamento de dados, destinados à modernização de sua infraestrutura. Em conformidade com o CPC 06 (R2), a operação foi classificada como arrendamento, reconhecida em outubro de 2025. Os ativos de direito de uso tiveram seu valor mensurado na ordem de R\$ 1.200,0 milhões a valor presente. A depreciação do ativo de direito de uso é reconhecida linearmente ao longo da vigência contratual.

NOTA 3

# Políticas contábeis, gestão de risco cambial e correção de erros

## 3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis adotadas pelo SERPRO na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas ao longo desta Nota Explicativa, em conjunto com as notas específicas relacionadas a cada grupo de contas. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

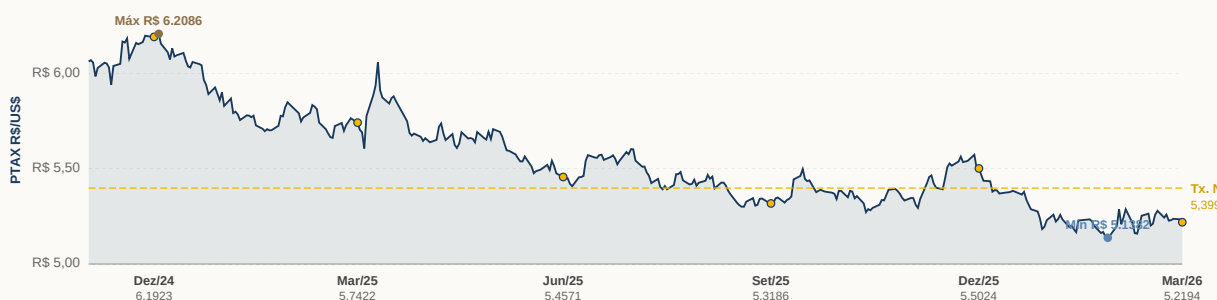
Durante o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudanças de políticas contábeis, tampouco foram identificados erros materiais de períodos anteriores que demandassem reapresentação das demonstrações financeiras, nos termos do **CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**. Eventuais reclassificações efetuadas tiveram como objetivo apenas aprimorar a apresentação e a comparabilidade das informações.

## 3.2 Gerenciamento de risco cambial

O risco cambial decorre da exposição do SERPRO a obrigações e fluxos previstos em moeda estrangeira, originados predominantemente pela contratação de serviços junto a fornecedores internacionais. A exposição é acompanhada com base em projeções de desembolsos em moeda estrangeira e na evolução das condições de mercado. A política de gestão, o portfólio de instrumentos em aberto e os respectivos valores justos estão apresentados na **Nota Explicativa 22**.

### Evolução da PTAX (Venda) — Dez/2024 a Mar/2026

Cotação diária de fechamento BACEN · Período coberto pelos exercícios comparativos (1T2025 e 1T2026) · 334 observações diárias



Fonte: Banco Central do Brasil — Sistema de Séries Temporais (SGS), código 1 (PTAX Venda — USD)

5,2194

PTAX EM 31/03/2026

-9,1%

VARIAÇÃO  
ACUMULADA  
(VS. MAR/2025)

R\$ 5,3993

TX. MÉDIA  
PONDERADA  
NDF CONTRATADA

3,3%

SPREAD NDF  
VS. PTAX FINAL

A PTAX (Venda) variou entre **R\$ 5,1382** (mínima em fevereiro/2026) e **R\$ 6,2086** (máxima em dezembro/2024), com tendência geral de **apreciação do real** ao longo do período. As taxas contratadas em NDFs (média R\$ 5,3993, vide NE 22.3) situam-se entre as PTAX vigentes nos vencimentos esperados (abr–set/2026), refletindo a captura do **cupom cambial implícito** pelas contrapartes na precificação dos termos. O hedge accounting das operações cobre desembolsos previstos altamente prováveis em USD, com parcela eficaz reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (CPC 48, item 6.5.11).

NOTA 4

## Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras prontamente conversíveis e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Caixa / Bancos	54.603	70.642
Aplicação financeira	2.129.007	2.452.855
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>2.183.610</b>	<b>2.523.497</b>

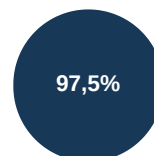
O saldo de R\$ 2.183,6 milhões foi obtido ao longo dos exercícios pela **geração de caixa do próprio negócio** e está disponível para uso **sem restrições** de qualquer natureza com terceiros, como garantias bancárias e covenants em contratos.



Geração própria · sem dívida ou financiamento de terceiros



Liquidez plena, sem restrições contratuais



Em aplicações financeiras de baixo risco

### 4.1 Bancos contas movimento

A rubrica Bancos Conta Movimento apresentou redução de R\$ 70.594 mil, em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 54.556 mil em 31 de março de 2026, equivalente a variação negativa de **R\$ 16.038 mil (-22,72%)** no período. A redução decorre, principalmente, de movimentações operacionais correntes e da aplicação dos saldos remanescentes do encerramento do exercício de 2025.

Da composição apurada em 31 de março de 2026, **98,04% (R\$ 53.485 mil)** referem-se ao saldo mantido em moeda estrangeira na conta da Empresa no Banco do Brasil — Agência 0686, Nova Iorque/EUA. A manutenção desses recursos no exterior tem como finalidade atender a compromissos contratuais firmados em moeda estrangeira vinculados a projetos estratégicos.

### Composição e evolução do saldo

Período	Bancos C/Movimento Total	BB Nova Iorque	Participação BB NY
31/12/2025	70.594	70.573	99,97%
31/01/2026	61.467	61.251	99,65%
28/02/2026	56.112	56.041	99,87%
31/03/2026	54.556	53.485	98,04%

**NOTA 4 (continuação)**

## Caixa e equivalentes de caixa

### 4.2 Aplicações financeiras

Movimentação até 31/03/2025

Descrição	BB Extramercado Renda Fixa Comum	FAE CAIXA FI Extramercado IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/2024)	1.280.436	443.331	1.723.767
Aplicações	458.841	201.858	660.699
Resgates	(642.904)	(470.890)	(1.113.794)
Rendimento Líquido	44.074	9.818	53.892
<b>Saldo Final (31/03/2025)</b>	<b>1.140.447</b>	<b>184.117</b>	<b>1.324.564</b>
Rentabilidade últimos 12 meses	10,2130%	10,1716%	—

Movimentação até 31/03/2026

Descrição	BB Extramercado Renda Fixa Comum	FAE CAIXA FI Extramercado IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/2025)	1.310.907	1.141.948	2.452.855
Aplicações	248.247	399.928	648.175
Resgates	(598.129)	(442.570)	(1.040.699)
Rendimento Líquido	36.842	31.834	68.676
<b>Saldo Final (31/03/2026)</b>	<b>997.867</b>	<b>1.131.140</b>	<b>2.129.007</b>
Rentabilidade no ano	3,2619%	3,2154%	—
Rentabilidade últimos 12 meses	14,5887%	14,5517%	—

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN nº 4.986, de 17/02/2022, o saldo total está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB). Esses fundos são compostos por 75% no mínimo em títulos públicos do Tesouro Nacional e 25% no máximo em certificados ou recibos de depósito bancário do conglomerado financeiro CEF/BB. Apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a.

O decréscimo observado entre dezembro/2025 e março/2026 se deu, principalmente, pelo pagamento de Dividendos à União (R\$ 179,6 milhões + atualização de R\$ 4,8 milhões), pelo pagamento de investimentos (R\$ 104,4 milhões) e de arrendamentos (R\$ 139,5 milhões).

NOTA 4 (continuação)

## Caixa e equivalentes de caixa

### 4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, determinados valores foram reclassificados entre os grupos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, sem impacto na movimentação líquida de caixa do período.

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
<b>Atividades Operacionais</b>	—	—
Recebimentos de clientes	983.988	676.955
Ressarcimento de pessoal requisitado	60.674	58.922
Rendimento de aplicações financeiras	75.894	60.635
Outros recebimentos	47.746	51.802
Tributos e encargos	(74.266)	(56.842)
Pessoal e encargos	(738.759)	(667.128)
Sentenças judiciais	(1.001)	(46.658)
Pagamentos a fornecedores	(265.913)	(186.105)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>88.363</b>	<b>(108.419)</b>
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(104.360)	(63.199)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(104.360)</b>	<b>(63.199)</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(184.434)	(401.194)
Pagamento de passivo por arrendamento	(139.456)	—
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(323.890)</b>	<b>(401.194)</b>
<b>Movimentação líquida de caixa e equivalente</b>	<b>(339.887)</b>	<b>(572.812)</b>
Saldo Inicial — caixa e equivalentes	2.523.497	1.924.576
<b>Saldo Final — caixa e equivalentes</b>	<b>2.183.610</b>	<b>1.351.764</b>

NOTA 5

## Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componente significativo de financiamento. Créditos a receber decorrem de contratos com clientes governamentais e privados, com prazos compatíveis com a execução orçamentária e financeira, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassando um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, sendo reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Créditos a receber a faturar	338.977	211.921
Créditos a receber de clientes a vencer	663.765	518.445
Vencidos até 30 dias	59.971	32.274
Vencidos de 31 a 60 dias	116.403	12.479
Vencidos de 61 a 90 dias	19.336	10.262
Vencidos de 91 a 180 dias	12.199	12.901
Vencidos de 181 a 365 dias	13.162	9.217
Vencidos mais de 365 dias	70.238	69.125
<b>Créditos a receber</b>	<b>1.294.051</b>	<b>876.624</b>
Perdas Incorridas	(44.477)	(42.529)
Perdas Estimadas	(31.438)	(33.224)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.715)	(14.715)
<b>Total</b>	<b>1.203.421</b>	<b>786.156</b>

### 5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa — PECLD

O cálculo considera, quando aplicável, a natureza governamental dos clientes, o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes.

Os valores dos créditos a receber de clientes no período, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 31,4 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 44,5 milhões), perfazendo um total de R\$ 75,9 milhões.

#### 5.1.1 Redução ao valor recuperável de clientes

O valor de R\$ 14,7 milhões, que deve ser somado ao apresentado no item 5.1 para encontrar o valor total da PECLD, decorre da redução de ativo relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, sobretudo do setor público, é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

NOTA 6

## Créditos diversos

O saldo de R\$ 101,9 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 60,0 milhões, além do registro de outros recebíveis, como por exemplo os boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro emitidos para empregados e ex-empregados (R\$ 16,4 milhões) e adiantamentos a prestadores de serviços (R\$ 21,2 milhões). Esses créditos são realizáveis no curto prazo, correspondendo a valores de baixa complexidade e sem risco relevante de inadimplência.

NOTA 7

## Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a pagamentos efetuados antecipadamente cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios subsequentes. Elas são mensuradas pelo valor de custo (desembolso) e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente, de acordo com o regime de competência, à medida que os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios são transferidos. Em 2025 o Serpro registrou R\$ 50,8 milhões cuja apropriação como despesa operacional ocorrerá ao longo de 2026. No 1T26 o saldo culminou num valor de R\$ 34,1 milhões a serem apropriados pelo regime de competência.

NOTA 8

## Ativo mantido para venda

Refere-se a bens não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel — Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. No 1º Trimestre foram conduzidas tratativas para viabilizar a operação de venda. Desse modo, houve a manutenção do referido bem na conta de Ativo Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação foi de R\$ 36,4 milhões.

NOTA 9

## Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Movimentação até 31/03/2025

Descrição	Saldo 01/01/2024	Adições	Transferências	Provisões e Baixas	Depreciação	Saldo 31/03/2025	Custo	Depreciação Acum.
Terrenos	54.158	—	—	—	—	54.158	54.158	—
Edifícios	93.379	3.255	—	—	(440)	96.194	145.670	(49.476)
Obras em Andamento	18.996	1.153	(4.084)	(73)	—	15.992	15.992	—
Instalações	11.993	828	—	—	(384)	12.437	153.421	(140.984)
Equipamentos de TI	629.185	5.049	(852)	—	(48.786)	584.596	1.411.245	(826.649)
Benfeitorias prop. terceiros	—	—	—	—	—	—	1.400	(1.400)
Móveis e Utensílios	2.840	11	(2)	—	(149)	2.700	24.184	(21.484)
Máq., Apar. e Equip.	6.927	533	—	—	(521)	6.939	38.519	(31.580)
Veículos	—	—	—	—	—	—	66	(66)
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>817.478</b>	<b>6.746</b>	<b>(1)</b>	<b>(927)</b>	<b>(50.280)</b>	<b>773.016</b>	<b>1.844.655</b>	<b>(1.071.639)</b>

Movimentação até 31/03/2026

Descrição	Saldo 01/01/2026	Adições	Transferências	Provisões e Baixas	Depreciação	Saldo 31/03/2026	Custo	Depreciação Acum.
Terrenos	54.158	—	—	—	—	54.158	54.158	—
Edifícios	97.316	—	3.231	—	(455)	100.092	151.372	(51.280)
Obras em Andamento	35.700	7.975	(5.278)	—	—	38.397	38.397	—
Instalações	15.162	—	1.925	—	(497)	16.590	159.323	(142.733)
Equipamentos de TI	662.244	45.163	—	(26)	(60.726)	646.655	1.592.070	(945.415)
Arrendamento	1.123.255	—	—	—	(43.599)	1.079.656	1.211.155	(131.499)
Benfeitorias prop. terceiros	—	122	—	—	—	122	1.522	(1.400)
Móveis e Utensílios	3.002	56	(571)	(14)	(114)	2.359	22.548	(20.189)
Máq., Apar. e Equip.	5.978	1.640	571	(3)	(449)	7.737	38.418	(30.681)
Veículos	—	—	—	—	—	—	46	(46)
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>1.996.815</b>	<b>54.834</b>	<b>—</b>	<b>(43)</b>	<b>(105.840)</b>	<b>1.945.766</b>	<b>3.269.009</b>	<b>(1.323.243)</b>

NOTA 9 (continuação)

## Imobilizado

Vidas úteis

Descrição	Vida útil (anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

NOTA 10

## Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a softwares identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos softwares desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2025	Entradas / Amortização	Saídas	Mar/2026
<b>Softwares</b>	<b>792.943</b>	<b>6.440</b>	<b>(4.517)</b>	<b>794.866</b>
Adquiridos	756.405	4.517	—	760.922
Desenvolvidos para uso interno	22.923	—	—	22.923
Em construção	9.098	1.923	—	11.021
Estoque interno	4.517	—	(4.517)	—
<b>(Amortização acumulada e Perdas estimadas)</b>	<b>(723.522)</b>	<b>(5.126)</b>	<b>—</b>	<b>(728.647)</b>
Softwares adquiridos	(713.339)	(4.566)	—	(717.904)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(10.183)	(560)	—	(10.743)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	—	—	—	—
<b>Valor Líquido</b>	<b>69.421</b>	<b>1.314</b>	<b>(4.517)</b>	<b>66.219</b>

Vida útil

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

NOTA 11

## Consignações

Refere-se às retenções efetuadas na folha de pagamento dos empregados e aos tributos retidos de fornecedores, cujos valores serão posteriormente repassados aos respectivos entes competentes.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Previdência social	31.816	26.902
Pensão alimentícia	511	46
IRRF	25.117	54.155
Tributos federais retidos	17.453	20.123
ISS	1.241	1.589
Plano de previdência e assistência médica	10.487	7
Entidades representativas de classes	180	1.025
Empréstimos, retenções e consignatários	6.243	2.471
<b>Total</b>	<b>93.048</b>	<b>106.318</b>

NOTA 12

## Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) é reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento.

As contas mais representativas são **Fornecedores** no importe de R\$ 349,6 milhões (R\$ 407,2 milhões em dez/2025), resultado das operações comerciais do Serpro, e as **Obrigações Trabalhistas** no importe de R\$ 503,1 milhões (R\$ 473,2 milhões em dez/2025), esta última detalhada na Nota Explicativa 13.

NOTA 13

## Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Férias	273.483	283.190
Licença prêmio	184.039	184.311
13º salário	41.305	—
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	—	—
Programa de Demissão Voluntária — PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	2.250	3.089
<b>Total</b>	<b>501.081</b>	<b>470.594</b>

A variação observada entre mar/2026 e dez/2025 (R\$ 30,5 milhões no total) se refere, principalmente, à constituição da provisão para décimo terceiro salário (R\$ 41,3 milhões) e à variação negativa, por pagamento, da provisão de férias (R\$ -9,7 milhões).

NOTA 14

## Participação nos lucros ou resultados

O saldo decorre, principalmente, da constituição da provisão em dez/2025, para pagamento a empregados no valor de R\$ 44,9 milhões. Este valor é referente ao programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2025. A Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2025 teve o valor constituído em 2025, de R\$ 1 milhão. A participação dos administradores atende ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

NOTA 15

## Dividendos e Juros sobre capital próprio

O saldo de R\$ 67,9 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio — JSCP imputado a dividendos no período de janeiro a março de 2026. Cumpre ressaltar que em março de 2026 houve o pagamento efetivo de R\$ 184,4 milhões à União, referente a R\$ 179,6 milhões de dividendos mínimos obrigatórios de 2025 mais atualização monetária de dezembro/2025 a março/2026.

NOTA 16

## Créditos tributários — Ativo Circulante

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
<b>Tributos Federais — IRPJ e CSLL</b>	<b>240.351</b>	<b>186.785</b>
IR e CSLL a recuperar/compensar	247.348	262.861
IRRF a compensar	7.218	40.668
IRPJ a recolher	—	(47.554)
CSLL a recolher	(14.215)	(69.190)
<b>Tributos Municipais</b>	<b>19.684</b>	<b>4.992</b>
ISS a compensar	19.673	4.981
INSS a compensar	11	11
Tributos s/ serviços no exterior	6	4
<b>Total</b>	<b>260.041</b>	<b>191.781</b>

NOTA 17

## Tributos e encargos sociais — Passivo Circulante

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Passivo fiscal diferido	32.521	25.282
PASEP / COFINS a recolher	61.366	43.758
CPRB a recolher	15.888	25.179
FGTS	12.006	21.875
ISS a recolher	8.222	4.173
Outros tributos	303	68
<b>Total</b>	<b>130.306</b>	<b>120.335</b>

Detalhamento do Passivo fiscal diferido

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
IRPJ / CSLL	—	—
Demais Tributos s/ Receita Bruta	32.521	25.282
<b>Total</b>	<b>32.521</b>	<b>25.282</b>

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Já os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

NOTA 18

## Obrigações tributárias — Passivo Não Circulante

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
PASEP/COFINS a recolher	—	—
ISS a recolher	—	—
ISS renegociado	70.260	67.943
IPTU a Recolher	—	—
<b>Total</b>	<b>70.260</b>	<b>67.943</b>

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 70,3 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais. São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

NOTA 19

## Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

SALDO TOTAL — MAR/2026

**R\$ 784,8 mi**

+1,9% vs. R\$ 770,5 mi em Dez/2025

RISCO PROVÁVEL  
(PROVISIONADO)

**R\$ 510,0 mi**

Judiciais · 92,1% trabalhistas

RISCO POSSÍVEL (CONTINGENTE)

**R\$ 175,4 mi**

374 processos · não impacta balanço

### Matriz de risco natureza × probabilidade — Mar/2026

CPC 25 — Provável: provisionado no balanço · Possível: divulgado em NE como passivo contingente

NATUREZA	RISCO PROVÁVEL (R\$ MIL — PROVISÃO)	RISCO POSSÍVEL (R\$ MIL — CONTINGENTE)
Trabalhistas	<b>R\$ 469,7 mi</b> 92,1% do provisionado	<b>R\$ 133,9 mi</b> 38 processos
Cíveis	<b>R\$ 39,98 mi</b> 7,8% do provisionado	<b>R\$ 16,3 mi</b> 330 processos
Fiscais / Tributárias	<b>R\$ 0,35 mi</b> 0,1% do provisionado	<b>R\$ 25,3 mi</b> 6 processos
Administrativa	<b>R\$ 274,8 mi</b> imunidade tributária	— não aplicável

■ Concentração alta ■ Média-alta ■ Média ■ Baixa

Provisão total: R\$ 784,8 mi · Contingente total: R\$ 175,4 mi

### 19.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização; em caso de negociação, os valores são realizados ou transferidos para o circulante.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Provisões ISS imunidade	133.887	136.041
Provisões COFINS imunidade	115.707	118.137
Provisões ICMS imunidade	—	—
Provisões PIS/PASEP imunidade	25.169	25.244
<b>Total</b>	<b>274.763</b>	<b>279.422</b>

A diferença entre mar/2026 e dez/2025, R\$ 4,7 milhões, refere-se às devoluções a clientes. PIS/PASEP e COFINS são apurados no regime cumulativo. Permanecem no passivo os valores dos contratos com os maiores clientes públicos, pois a negociação para liquidação é iniciativa do Serpro.

NOTA 19 (continuação)

## Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

### 19.2 Provisões Judiciais — trabalhistas, cíveis e fiscais

Refere-se a provisões decorrentes de processos judiciais quando há uma obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação provavelmente exigirá a saída de recursos econômicos e cujo valor pode ser estimado com confiabilidade, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação, sendo atualizadas conforme a evolução dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos. As provisões podem ser revertidas caso a estimativa de perda deixe de ser considerada provável, quando ocorrer um alongamento da expectativa de desembolso ou quando a obrigação for efetivamente liquidada. A contrapartida da provisão é registrada em *Resultado com Ações Judiciais* na demonstração do resultado.

Os processos judiciais são classificados em estratégicos e não estratégicos, conforme critérios de materialidade e relevância jurídica. São considerados **estratégicos** os processos com risco de sucumbência superior a R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que, por avaliação jurídica, envolvam matérias de natureza relevante. Os demais processos, com valores de risco geralmente inferiores a esse limite, são classificados como **não estratégicos**.

Tanto os processos estratégicos quanto os não estratégicos podem ser avaliados com risco de perda provável ou possível:

**Processos estratégicos com risco provável:** são provisionados individualmente, com base em estimativas confiáveis, e que estão em fase de execução. O risco é atribuído pelo advogado responsável, o reconhecimento contábil é realizado pela área de contabilidade, e a mensuração é conduzida pelo perito assistente.

**Processos não estratégicos com risco provável:** são provisionados de forma massificada, por meio da aplicação da metodologia do *tiquete médio* de pagamentos por tipo de pedido principal, calculado com base nos processos arquivados nos últimos cinco anos.

**Processos com risco possível:** não impactam o valor da provisão reconhecida no balanço, mas são continuamente monitorados e divulgados em Nota Explicativa, conforme exigido pelas normas contábeis.

Com o reconhecimento do direito ao regime de precatórios, o SERPRO alterou a forma de liquidação de suas sentenças judiciais transitadas em julgado. Diferente do modelo anterior de execução imediata, o pagamento agora ocorre mediante requisição judicial, o que estende o prazo médio de desembolso e confere maior previsibilidade ao fluxo de caixa. Os efeitos dessa transição tornaram-se perceptíveis a partir do 4º trimestre de 2025.

As principais temáticas dos processos são: **Trabalhista** — ações envolvendo empregados próprios ativos e inativos (gratificação de função específica, reintegração, progressão funcional, desvio de cargo); **Cível** — reintegração, obrigação de pagar decorrente de compromissos contratuais, reparação de danos; **Tributária** — tributos municipais, principalmente ISS.

NOTA 19 (continuação)

## Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

### 19.2.1 Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Movimentação 1º Trimestre 2025

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão em 31/12/2024	40.172	336.044	376.216
Processos que entraram na provisão	1.904	17.436	19.340
Processos que saíram da provisão	—	(12.699)	(12.699)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.131	13.113	14.244
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.844)	(2.427)	(5.271)
<b>Saldo em 31/03/2025</b>	<b>40.363</b>	<b>351.467</b>	<b>391.830</b>

Movimentação 1º Trimestre 2026

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão em 31/12/2025	41.861	449.184	491.045
Processos que entraram na provisão	2.102	5.029	7.131
Processos que saíram da provisão	(1.518)	(1.461)	(2.979)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	—	19.699	19.699
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.118)	(2.768)	(4.885)
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>40.327</b>	<b>469.683</b>	<b>510.010</b>

A movimentação dos processos impactou negativamente o resultado em R\$ 18,9 milhões no 1º trimestre de 2026, quando comparado ao 4º trimestre de 2025. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 92% do passivo provisionado. A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

### 19.2.2 Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Desta forma, e segundo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados.

Tipo de ação	Mar/2026	Dez/2025
Sem expectativa de reembolso	357.888	343.459
Com expectativa de reembolso	152.122	147.586
<b>Saldo da provisão</b>	<b>510.010</b>	<b>491.045</b>

NOTA 19 (continuação)

## Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

### 19.2.3 Processos de risco de perda possível e Passivo Contingente

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributários, estratégicos e não estratégicos. O total de possíveis monta 374 processos, correspondendo a R\$ 175,4 milhões, sendo 44 processos classificados como estratégicos e 330 processos como não estratégicos, correspondendo a R\$ 164,7 milhões e R\$ 10,7 milhões, respectivamente.

Risco Processual Possível	Mar/2026		Dez/2025	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	330	16.274	329	16.274
Processos Trabalhistas	38	133.898	25	220.759
Processos Tributários	6	25.257	6	25.257
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>175.429</b>	<b>360</b>	<b>262.290</b>

### 19.2.4 Precatórios

A partir do segundo semestre de 2025, o SERPRO implementou formalmente o regime de precatórios para o cumprimento de suas obrigações judiciais, amparado por decisões unânimes do STF (ADPFs 275, 387 e 1090) que reconhecem a natureza de sua atuação pública. A operacionalização efetiva iniciou-se em 01/09/2025. Sob este regime, condenações de até 60 salários mínimos são liquidadas via RPV em até 60 dias. Valores excedentes seguem o rito dos precatórios, com prazos de pagamento vinculados à data de expedição (EC 136/2025): títulos expedidos até 1º de fevereiro são incluídos no orçamento do exercício subsequente; após essa data, no orçamento posterior. Durante o período de espera, os valores são atualizados pelo IPCA-E. Até o 1T26 o Serpro tem o valor de R\$ 5,4 milhões referente a 10 precatórios a pagar, com vencimentos até 2028.

### 19.2.5 Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A Administração realiza monitoramento contínuo dos processos judiciais e administrativos, com o objetivo de assegurar que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecimento como provisão e a estimativa confiável dos valores envolvidos sejam analisadas e revisadas periodicamente. Esses processos são, por natureza, contingentes — sua resolução depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, geralmente fora do controle da Companhia.

## 19.3 Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Depósitos judiciais e recursais	362.730	374.619
Ações fiscais	1.543	1.543
<b>Total</b>	<b>364.273</b>	<b>376.162</b>

NOTA 19 (continuação)

## Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram nas instituições estatais Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil. Ao longo do ano o grupo de depósitos judiciais apresentou a seguinte movimentação, considerando as entradas (depósitos) e as saídas (levantamentos):

Movimentação	Valor
Saldo em dez/2025	347.301
(+) Depósitos no Período	638
(-) Levantamentos	(12.520)
Retorno ao Serpro	(9.304)
Destinado a Terceiros	(3.216)
<b>Saldo em mar/2026</b>	<b>335.419</b>

Além dos depósitos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, a empresa contratou R\$ 4,8 milhões de seguro de garantia para a cobertura de processos judiciais como alternativa aos depósitos judiciais. O saldo pode chegar até R\$ 300,0 milhões, caso necessário.

NOTA 20

## Benefícios a empregados

### 20.1 Benefícios oferecidos

#### 20.1.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Plano	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido (BD)	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal, cujos benefícios já foram concedidos.
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões. Possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

#### 20.1.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	11.101	2.200
<b>Total</b>	<b>24.445</b>	<b>15.544</b>

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo nº 0012357-70.2016.4.01.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei nº 8.020/90 ("amortização extraordinária"), as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

#### 20.1.2 Assistência à Saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

#### 20.1.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico (operadora PLUXEE):

**Empregados:** R\$ 1.230,72, fixado em Acordo Coletivo de Trabalho — ACT 2024/2026.

**Dirigentes:** R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais — SEST.

NOTA 20 (continuação)

## Benefícios a empregados

### 20.1.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

## 20.2 Avaliação Atuarial

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao IASB, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego.

O valor do passivo reflete, fundamentalmente, o cálculo da avaliação atuarial anual realizada ao fim de 2025 sobre os benefícios oferecidos: Programas Previdenciários, Plano de Saúde PAS/Serpro e Programas de Desligamento. Os saldos atualizados no período estão apresentados no quadro a seguir:

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Programas Previdenciários	—	—
Plano de Assistência à Saúde	289.558	280.425
Programa de Desligamento	18.844	18.441
<b>Total</b>	<b>308.402</b>	<b>298.866</b>

### 20.2.1 Programas Previdenciários

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado (<https://serpros.com.br/>).

#### 20.2.1.1 Plano PS-I — Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são: (a) Suplementação de Aposentadoria por Idade; (b) Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição; (c) Suplementação de Aposentadoria Especial; (d) Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente; (e) Suplementação de Aposentadoria por Invalidez; (f) Suplementação de Auxílio-Doença; (g) Suplementação de Pensão por Morte; (h) Suplementação de Auxílio-Reclusão. O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

NOTA 20 (continuação)

## Benefícios a empregados

### 20.2.1.2 Plano PS-II — Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós-concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada, e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

Os benefícios oferecidos são:

- (a) **aos participantes:** renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- (b) **aos beneficiários:** pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual;
- (c) **aos designados:** pecúlio por morte.

NOTA 21

# Arrendamento

## 21.1 Natureza dos Contratos de Arrendamento

O SERPRO possui contratos de arrendamento relacionados à sua infraestrutura de tecnologia, que incluem o direito de uso de servidores, unidades de processamento e serviços em regime *on-premise*. Estes contratos, firmados em moeda estrangeira (dólar norte-americano), possuem prazos que variam de 5 a 7 anos e foram celebrados em diferentes períodos ao longo de 2025.

A classificação destes instrumentos como arrendamentos foi resultado de uma análise técnica detalhada, que concluiu que os contratos transferem ao SERPRO o direito de controlar o uso de ativos identificados por um período determinado, em troca de contraprestação. O SERPRO possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos e de direcionar sua utilização ao longo do prazo contratual.

## 21.2 Prática Contábil

O SERPRO adotou o pronunciamento técnico **CPC 06 (R2) — Arrendamentos** e IFRS 16, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

O **ativo de direito de uso** é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor do passivo de arrendamento reconhecido. Subsequentemente, é depreciado linearmente ao longo do prazo do arrendamento. Por ser um item não monetário, o ativo de direito de uso não é remensurado pela variação cambial.

O **passivo de arrendamento** é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa incremental (IBR), uma vez que a taxa implícita nos contratos não é prontamente determinável. O passivo é subsequentemente acrescido dos juros e deduzido dos pagamentos efetuados. Por ser um passivo monetário em moeda estrangeira, seu saldo é remensurado pela taxa de câmbio de fechamento, com os efeitos reconhecidos no resultado financeiro.

### Lógica econômica do arrendamento (CPC 06 R2 / IFRS 16)

*O modelo separa reconhecimento de ativo e desembolso financeiro — gerando matching entre receita e custo ao longo do prazo*

#### LADO DO ATIVO

DISPONÍVEL  
DESDE O  
INÍCIO

O **direito de uso** é reconhecido como ativo imediatamente ao início do contrato — antes de os pagamentos terem sido integralmente realizados.

#### LADO DO PASSIVO

PAGAMENTOS  
DILUÍDOS  
NO PRAZO

Desembolso distribuído ao longo de **5 a 7 anos**, preservando o caixa operacional e suavizando o impacto financeiro mensal.

#### RESULTADO ECONÔMICO

RETORNO  
ANTES DA  
QUITAÇÃO

O ativo já produz receita desde o primeiro mês — o **ROI materializa-se progressivamente**, antes do término do fluxo de pagamentos.

*A composição, movimentação detalhada dos saldos e os contratos vigentes estão apresentados na continuação desta nota.*

NOTA 21 (continuação)

## Arrendamento

### 21.3 Composição e Movimentação dos Saldos

Durante o exercício de 2025, o Serpro celebrou três contratos de arrendamento. As tabelas a seguir demonstram a movimentação consolidada e a composição dos saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 31 de março de 2026:

#### Ativo de Direito de Uso

Descrição	2026
Saldo em 31/12/2025	1.123.255
Adições	—
(-) Depreciação	(43.599)
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>1.079.656</b>

#### Passivo de Arrendamento

Descrição	2026
Saldo em 31/12/2025	1.089.150
(+) Encargos incorridos	3.213
(+) Variações cambiais	3.586
(-) Pagamentos	(146.628)
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>949.321</b>
Curto prazo	227.390
Longo prazo	721.931

#### Passivo de Arrendamento — Equipamentos de TI (por contrato)

Início	Prazo Remanescente (meses)	Taxa de Desconto (% a.a.)	Principal Valor Presente	Encargos a Apropriar	Valor Presente Líquido
Janeiro/2025	45	6,62%	21.355	(5.918)	15.437
Fevereiro/2025	70	6,77%	132.541	(33.578)	98.963
Agosto/2025	76	5,95%	1.026.298	(191.377)	834.921
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.180.194</b>	<b>(230.873)</b>	<b>949.321</b>

NOTA 21 (continuação)

## Arrendamento

Análise de maturidade dos passivos de arrendamento (pagamentos contratuais nominais, não descontados)

Vencimento	Fluxo Nominal (R\$ mil)
2026	185.363
2027	190.927
2028	193.836
2029	198.153
2030 em diante	554.958
<b>Total</b>	<b>1.323.237</b>

### 21.4 Risco Cambial

O passivo de arrendamento está denominado em dólar norte-americano, expondo o Serpro ao risco de variação cambial. A empresa mantém contratos e saldos em contas em moeda estrangeira, o que fornece um *hedge* natural, além de monitorar continuamente sua exposição cambial líquida. Em 31 de março de 2026, com base nos dados disponíveis, o relatório Focus apontou uma cotação de R\$ 5,22 para o dólar.

#### 21.4.1 Análise de Sensibilidade Cambial

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade do passivo de arrendamento a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano. A análise considera a taxa PTAX de fechamento de R\$ 5,2188/US\$ em 31 de março de 2026, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil:

Variação Cambial	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	Impacto no Passivo (R\$ mil)	Variação (%)
+1,0% (Desvalorização do Real)	5,2710	958.814	+1,00%
+0,5% (Desvalorização do Real)	5,2449	954.068	+0,50%
<b>Cenário Base</b>	<b>5,2188</b>	<b>949.321</b>	<b>—</b>
-0,5% (Valorização do Real)	5,1927	944.574	-0,50%
-1,0% (Valorização do Real)	5,1666	939.828	-1,00%

Com base nas simulações realizadas, estima-se que uma variação de 1% na taxa de câmbio resulte em variação proporcional de aproximadamente  $\pm 1\%$  no saldo do passivo de arrendamento, dada a sua denominação integral em dólares norte-americanos. As variações cambiais não realizadas são reconhecidas no resultado do período, sem efeito imediato sobre o caixa.

NOTA 22

## Risco cambial

### 22.1 Gerenciamento de risco cambial

O Serpro considera todos os fluxos de caixa de suas operações em conjunto, avaliando de forma integrada os compromissos futuros denominados em dólares e as receitas e despesas em reais influenciadas pela moeda norte-americana, tais como contratos de prestação de serviços com preços formados com base em paridade cambial ou indexados ao dólar.

Variações na taxa de câmbio spot R\$/US\$ podem afetar o lucro líquido e o balanço patrimonial, principalmente em decorrência da variação, em reais, do valor de itens em moeda estrangeira a desembolsar — transações futuras altamente prováveis, itens monetários e compromissos firmes. O tratamento desses riscos privilegia ações estruturais no âmbito dos negócios do Serpro, observada política corporativa de gestão de risco cambial aprovada pela alta administração, sendo complementado, quando necessário, pela contratação de instrumentos financeiros derivativos com finalidade exclusivamente protetiva, vedado o uso especulativo.

A proteção das obrigações futuras em moeda estrangeira ocorre por meio de portfólio de derivativos, considerando-se as alterações nas posições ao longo do tempo. O hedge accounting dessas operações está descrito na nota explicativa 22.2.

### 22.2 Hedge accounting de desembolsos futuros

O Serpro adota a contabilidade de hedge de fluxos de caixa, na forma do CPC 48 (item 6.5.2(b) e 6.5.11(a)), para o conjunto de operações de Termo de Moeda sem Entrega Física (NDF) destinadas a proteger pagamentos previstos em dólares vinculados a contratos de prestação de serviços tecnológicos com provedores internacionais. O item objeto é representado por transações previstas altamente prováveis (CPC 48, item 6.3.3) e a relação de hedge é designada formalmente na data de contratação de cada instrumento, atendidos os requisitos do CPC 48, item 6.4.1.

A parcela eficaz dos ganhos e perdas cambiais decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida no patrimônio líquido, em *Outros Resultados Abrangentes*, e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido afetar o resultado do período. A parcela inefetiva, quando existente, é reconhecida diretamente no resultado financeiro (CPC 48, item 6.5.11(c)).

Caso os pagamentos designados deixem de ser considerados altamente prováveis, mas continuem previstos, a relação de hedge é revogada e a variação cambial acumulada no patrimônio líquido é reclassificada para o resultado à medida que os pagamentos ocorrerem. Caso deixem de ser previstos, o saldo acumulado é reclassificado imediatamente, na forma do CPC 48, item 6.5.12.

NOTA 22 (continuação)

## Risco cambial

### 22.3 Posições em derivativos cambiais

Em 31 de março de 2026, o Serpro detinha posições compradas em dólares norte-americanos por meio de contratos de Termo de Moeda sem Entrega Física (NDF), pactuados com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, com vencimentos mensais escalonados entre abril e setembro de 2026. As posições foram designadas em relação de hedge de fluxos de caixa, na forma da nota explicativa 22.2.

O quadro a seguir apresenta as posições em aberto na data-base, agregadas por mês de vencimento:

Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Taxa média contratada (R\$/US\$)	Valor justo (R\$ mil)
Abril/2026	8.397	5,2880	(528)
Maior/2026	6.837	5,3175	(387)
Junho/2026	6.919	5,3585	(400)
Julho/2026	7.004	5,4596	(808)
Agosto/2026	8.534	5,4689	(762)
Setembro/2026	6.979	5,5084	(616)
<b>Total</b>	<b>44.670</b>	<b>5,3993</b>	<b>(3.501)</b>

Os valores entre parênteses representam posição passiva em valor justo, refletindo que, na data-base, as taxas *forward* de mercado para os respectivos vencimentos situavam-se abaixo das taxas contratadas, o que resultaria em desembolso pelo Serpro caso as condições prevalecessem até as datas de liquidação. Os instrumentos foram mensurados a valor justo conforme o CPC 48, item 4.1.4, com base em parâmetros observáveis de mercado (Nível 2 da hierarquia de valor justo do CPC 46).

O saldo total apresentado neste quadro compõe a rubrica *Instrumentos financeiros derivativos* do passivo circulante do balanço patrimonial. A parcela eficaz da variação cambial dos instrumentos foi reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (Nota 23.2.3), líquida de tributos diferidos.

NOTA 23

## Patrimônio líquido

### 23.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 milhões (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

### 23.2 Reservas

#### 23.2.1 Reservas de Reavaliação

Descrição	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61.861	43.035	(15.179)	89.717
Realização de reserva por depreciação	(320)	—	—	(320)
Atualização Imposto Diferido	—	—	(510)	(510)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>61.541</b>	<b>43.035</b>	<b>(15.689)</b>	<b>88.887</b>

Constituída com base em laudo de reavaliação efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 88,9 milhões, líquido dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

#### 23.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e da Reserva de Retenção de Lucros para expansão, conforme tópicos a seguir.

##### 23.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2025 foi de R\$ 37,7 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 200,5 milhões que se mantém no primeiro trimestre de 2026.

##### 23.2.2.2 Reserva de Retenção de Lucros

O saldo constituído no encerramento de 2025 dessa reserva montou o valor de R\$ 971,8 milhões, saldo esse mantido no primeiro trimestre de 2026, considerando a retenção no ano de R\$ 538,8 milhões. Os valores serão destinados ao reforço tecnológico das operações.

NOTA 23 (continuação)

## Patrimônio líquido

### 23.2.3 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, com o Plano de Saúde — PAS/SERPRO, com o Programa de Desligamento (PDV), líquidos dos tributos diferidos, e mais recentemente o resultado diferido com hedge cambial.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Programas Previdenciários	205.422	206.504
Tributos Diferidos sobre Programas Previdenciários	(30.818)	(29.882)
Plano de Assistência à Saúde	(179.570)	(179.570)
Tributos Diferidos sobre Assistência à Saúde	26.939	25.984
Programa de Desligamento	(7.964)	(7.964)
Tributos Diferidos sobre Programa de Desligamento	1.195	1.152
Hedge de Fluxo de Caixa — perdas diferidas	(3.501)	—
Hedge de Fluxo de Caixa — tributos diferidos	525	—
Outros	(1.394)	(1.405)
<b>Total</b>	<b>10.834</b>	<b>14.819</b>

NOTA 24

# Resultado do exercício

LUCRO LÍQUIDO 1T2026

**R\$ 375,2 mi**

vs. R\$ 141,3 mi em 1T2025 (+165,5%)

RECEITA BRUTA TOTAL

**R\$ 1,53 bi**

vs. R\$ 1,09 bi em 1T2025 (+39,8%)

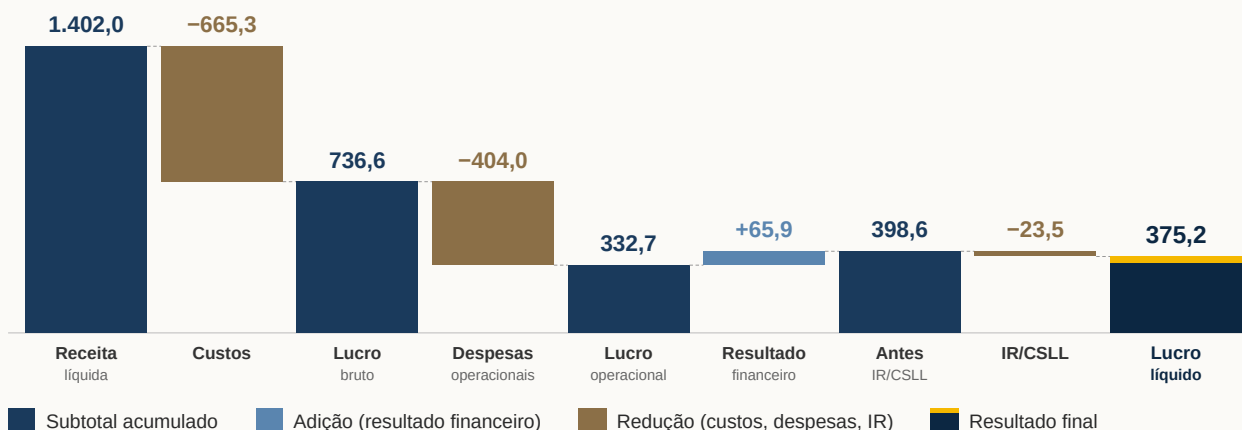
MARGEM LÍQUIDA

**26,8%**

vs. 14,6% no 1T2025 (+12,2 pp)

## Da Receita ao Lucro líquido — DRE 1T2026 (R\$ milhões)

Sequência de mensuração conforme DRE apresentada nas Demonstrações Principais.



## Concentração de receita — 5 maiores clientes públicos (R\$ milhões)

Receita bruta dos maiores clientes (NE 24.1.2) — 1T2026 vs. 1T2025



### 24.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado, contabilizando-se mensalmente, além das receitas faturadas, a receita a faturar estimada com base na média dos 90 dias anteriores ao período. A composição por obrigação de desempenho está detalhada na seção 24.1.1, e a composição por cliente nas seções 24.1.2 a 24.1.4.

NOTA 24 (continuação)

## Resultado do exercício

Até março de 2026, a receita bruta com os 5 maiores clientes públicos (OGU e Não OGU) alcançou R\$ 944,3 milhões, ante os R\$ 702,6 milhões no mesmo período de 2025, com destaque para a Receita Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação, conforme destacado a seguir:

Maiores clientes públicos

Cliente Público	Mar/2026	Mar/2025
SRFB — Secretaria da Receita Federal do Brasil	610.710	434.094
MGI — Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	137.177	156.896
Ministério dos Transportes	75.544	33.375
Caixa Econômica Federal	71.542	33.677
PGFN — Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	49.319	44.596
<b>Total 5 maiores clientes Públicos</b>	<b>944.292</b>	<b>702.638</b>

Até o mês de março de 2026, a receita bruta com os 5 maiores clientes privados alcançou R\$ 35,3 milhões, ante os R\$ 30,4 milhões no mesmo período de 2025, com destaque para a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e a Gocomexx:

Maiores clientes privados

Cliente Privado	Mar/2026	Mar/2025
B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão	10.207	8.689
Gocomexx Solução em Comércio Exterior e Transporte Rodoviário Ltda	8.649	—
Valid Soluções S.A.	7.901	14.213
Nu Pagamentos S.A.	4.476	3.116
Banco Santander S.A.	4.100	4.340
<b>Total 5 maiores clientes Privados</b>	<b>35.333</b>	<b>30.358</b>

Cumprir destacar que o Serpro presta serviços também para o mercado internacional, atualmente com consultorias e processamento de dados. A receita bruta com os 5 maiores clientes somou R\$ 5,1 milhões, com destaque para o Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação das Finanças Públicas de Angola e a Elementary Innovation:

Maiores clientes internacionais

Cliente Internacional	Mar/2026	Mar/2025
Serviço de Tec da Informação FP — Angola	1.571	—
Elementary Innovation Pte. Ltd.	1.280	—
Hangzhou Hangyu Intern Supply Chain Manag	892	—
Incode Technologies, Inc.	879	33
Persona Identities	503	119
<b>Total 5 maiores clientes Internacionais</b>	<b>5.125</b>	<b>152</b>

NOTA 24 (continuação)

## Resultado do exercício

### 24.2 Receita líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 433,6 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Receita bruta	1.527.618	1.092.350
Deduções da Receita	(125.637)	(123.945)
(-) ISS	(13.478)	(11.828)
(-) PIS / PASEP	(10.529)	(10.263)
(-) COFINS	(48.575)	(47.298)
(-) ICMS	(10)	(4)
(-) CPRB	(37.186)	(33.409)
(-) Descontos concedidos	(3.676)	(119)
(-) Vendas canceladas	(12.183)	(21.024)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.401.981</b>	<b>968.405</b>

Quanto aos elementos que formaram a Receita Líquida, destacam-se: a redução da CPRB — Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, em função da reoneração gradual da folha de pagamento; o aumento das Vendas Canceladas, motivado por correção de procedimentos internos na ferramenta de ERP que processa o faturamento.

### 24.3 Custos e despesas totais

#### 24.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Despesas de Pessoal	(342.352)	(319.469)
Depreciação/Amortização	(48.693)	(35.407)
Locação	(39.246)	(23.685)
Manutenção	(26.567)	(16.425)
Comunicação	(2.394)	(2.302)
Serviços Profissionais	(143.807)	(29.106)
Serviços Públicos	(3.021)	(3.046)
Operações Tributárias	(620)	(7)
Créditos Tributários	16.816	55.383
Despesas Tributárias	(17.436)	(55.390)
Materiais	(193)	(237)
Gastos com Viagens	(1.512)	(711)
Ação Educacional	(46)	(111)
Publicidade	(30)	—
Exploração de Serviços	(58.423)	(51.698)
Outros custos	1.565	537
<b>Totais</b>	<b>(665.339)</b>	<b>(481.667)</b>

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 24 (continuação)

## Resultado do exercício

### 24.3.2 Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras por natureza

#### 24.3.2.1 Despesas com vendas

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Despesas de Pessoal	(30.293)	(19.463)
Depreciação/Amortização	(255)	(81)
Locação	(30)	(17)
Manutenção	(144)	(250)
Comunicação	(17)	(21)
Serviços Profissionais	(272)	(171)
Serviços Públicos	(76)	(87)
Materiais	(4)	(9)
Gastos com Viagens	(651)	(172)
Ação Educacional	(24)	(9)
Publicidade	(461)	(455)
Outras despesas	11	(1.510)
<b>Totais</b>	<b>(32.216)</b>	<b>(22.245)</b>

#### 24.3.2.2 Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Despesas de Pessoal	(238.805)	(232.143)
Depreciação/Amortização	(62.012)	(21.997)
Locação	(11.344)	(7.093)
Manutenção	(9.823)	(8.609)
Comunicação	(252)	(311)
Serviços Profissionais	(14.363)	(40.578)
Serviços Públicos	(3.674)	(2.969)
Operações Tributárias	(3.572)	(8.904)
Despesas Tributárias	(3.572)	(8.904)
Materiais	(86)	(174)
Gastos com Viagens	(2.749)	(1.353)
Ação Educacional	(160)	(544)
Publicidade	(427)	(222)
Resultado com ações Judiciais	(23.495)	(39.577)
Exploração de Serviços	(358)	(133)
Outras despesas	1.542	1.022
<b>Totais</b>	<b>(369.578)</b>	<b>(363.585)</b>

NOTA 24 (continuação)

## Resultado do exercício

### 24.3.2.3 Ganhos/Perdas Líquidas e Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	Perdas Líquidas Mar/2026	Perdas Líquidas Mar/2025	Outras Mar/2026	Outras Mar/2025
Créditos a Receber	(2.116)	3.701	—	—
Outras despesas	—	—	(42)	(78)
<b>Totais</b>	<b>(2.116)</b>	<b>3.701</b>	<b>(42)</b>	<b>(78)</b>

### 24.3.3 Gasto total

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e despesas operacionais por natureza está apresentado nas tabelas 24.3.1 e 24.3.2 (acima). A soma consolidada do gasto total foi de R\$ 1.069,3 milhões no 1T26 (R\$ 863,9 milhões no 1T25). A estrutura de gastos foi composta de 62,2% (R\$ 665,3 milhões) de custos e 37,8% (R\$ 403,9 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 205,4 milhões do gasto total (+23,8%) na base comparativa.

**Despesas com pessoal:** aumento de R\$ 40,4 milhões (+7,1%) no 1T26 em relação ao 1T25. Os gastos totalizaram R\$ 611,4 milhões no período, sendo R\$ 342,4 milhões no CSP (+7,2%; +R\$ 22,9 milhões) e R\$ 269,1 milhões em despesas (+7,0%; +R\$ 17,5 milhões). Esse movimento decorre de fatores que pressionaram a folha — ACT, reoneração, anuênios, promoções e incorporações — que elevaram Remuneração e Encargos Sociais em 14,3%. Em sentido oposto, redução do quadro de empregados, indenizações e efeitos atuariais do PDV contribuíram para diminuir os gastos em 6,9%. Resultado: efeito líquido de aumento de 7,45% nos grupos de remuneração e benefícios.

**Serviços Profissionais e Contratados:** aumento de R\$ 88,6 milhões (+126,8%) no 1T26 em relação ao 1T25. O crescimento foi impulsionado pelos gastos com serviços de tecnologia, especialmente na rubrica de Nuvem e Tecnologias, associados à ampliação de contratos e à maior demanda por infraestrutura e suporte operacional. Os 5 principais serviços do grupo estão apresentados a seguir:

Descrição	Mar/26	Mar/25
Nuvem e Tecnologias (Parcerias)	(140.321)	(48.543)
Despesas Operacionais Cassi	(5.377)	(4.920)
Serv. Vigilância e Segurança	(3.582)	(4.394)
Serv. de Limpeza	(2.021)	(2.354)
Estagiários	(1.227)	(1.141)
Demais Serviços Contratados	(5.914)	(8.503)
<b>Total</b>	<b>(158.443)</b>	<b>(69.855)</b>

**NOTA 24 (continuação)**

## Resultado do exercício

**Depreciação e Amortização:** aumento de R\$ 53,5 milhões (+93,0%) no 1T26 em relação ao 1T25. A variação é explicada, principalmente, pelo reconhecimento da depreciação de equipamentos de informática arrendados, que totalizaram R\$ 43,6 milhões no período, sem registro no exercício anterior, associada à expansão dos contratos de arrendamento vinculados à infraestrutura de nuvem.

**Ações Judiciais:** redução de R\$ 16,1 milhões (-40,6%) no 1T26 em relação ao 1T25. A variação é explicada principalmente pela queda nas despesas com sentenças judiciais (-R\$ 17,9 milhões) e processos trabalhistas (-R\$ 6,4 milhões), parcialmente compensada pelo aumento das provisões para riscos trabalhistas (+R\$ 4,6 milhões) e pelo registro de precatórios trabalhistas no período. Observa-se também reversão de provisões cíveis (+R\$ 1,5 milhão).

Observa-se alteração na dinâmica de crescimento das estruturas de gasto no 1T26, com os **Custos dos Serviços Prestados avançando 38,13%**, enquanto as **Despesas cresceram 5,69%**. A participação do CSP nos gastos totais passou de 55,76% para 62,2%, e a das Despesas reduziu de 44,24% para 37,8%. As Despesas com Vendas apresentaram crescimento de 44,82% (+R\$ 9,97 milhões); as Administrativas cresceram 1,65% (+R\$ 5,99 milhões); houve ainda redução de 157,19% na rubrica de perdas líquidas na recuperação de ativos.

### 24.4 Resultado Financeiro

#### Receitas financeiras

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Juros sobre aplicações financeiras	75.894	60.635
Atualização sobre créditos tributários	6.797	7.052
Multas e juros de clientes	1.844	5.218
Atualização de créditos junto à EFPC	1.510	2.315
Variações cambiais de arrendamentos	3.586	—
Outras receitas financeiras	2.659	2.603
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>92.290</b>	<b>77.823</b>

#### Despesas financeiras

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Atualização de dividendos	4.815	9.425
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	2.324	1.999
Variações cambiais	4.229	1.303
Descontos concedidos a clientes	11.522	866
Juros e variações cambiais de arrendamentos	3.213	—
Outras despesas financeiras	251	294
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>26.354</b>	<b>13.887</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>65.936</b>	<b>63.936</b>

A variação da **receita financeira** decorreu, principalmente, do aumento dos juros sobre as aplicações financeiras, pela manutenção de recursos em contas de rendimento. Quanto à **despesa financeira**, destaca-se a atualização dos dividendos (obrigatório e adicional) até a data do efetivo pagamento, bem como o aumento das variações cambiais ocorridas no período.

NOTA 24 (continuação)

## Resultado do exercício

### 24.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual. No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

#### 24.5.1 Imposto de Renda — IRPJ e Contribuição Social — CSLL

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
IRPJ e CSLL correntes	(14.215)	(27.795)
IRPJ e CSLL diferidas	(9.238)	610
<b>Total</b>	<b>(23.453)</b>	<b>(27.185)</b>

#### 24.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	398.626	168.467
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(135.533)	(57.279)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	121.318	29.484
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	63.230	19.655
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	30.008	(8.211)
Juros sobre capital próprio	23.109	16.137
Outras adições e exclusões	28.782	(4.692)
Compensação de Prejuízo Fiscal	—	6.022
Prejuízo Fiscal apurado	(23.811)	—
Incentivos Fiscais — PAT e Licença Maternidade	—	573
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(14.215)	(27.795)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	(9.238)	610
(d) Total dos Tributos Diferidos	(9.238)	610
<b>(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)</b>	<b>(23.453)</b>	<b>(27.185)</b>
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-5,88%	-16,14%

NOTA 24 (continuação)

## Resultado do exercício

A alteração da alíquota efetiva de 2025 para 2026 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Mar/2026	Mar/2025
Provisão Ativa Receita a Faturar	(119.817)	29.067
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	14.429	11.578
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	163	(3.732)
Passivo atuarial	9.537	17.570
Provisões sobre imunidade tributárias	(4.659)	(21.739)
Provisões sobre Medidas Compensatórias	11.235	4.172
Demais provisões passivas	854	(12.767)
<b>Total</b>	<b>(88.258)</b>	<b>24.149</b>
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias	30.008	(8.211)

### 24.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Mar/2026	%	Mar/2025	%
Receita Operacional Líquida	1.401.981	—	968.405	—
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(119.817)	—	29.067	—
<b>Receita Operacional Líquida a distribuir</b>	<b>1.282.164</b>	<b>100,0</b>	<b>997.472</b>	<b>100,0</b>
Receita líquida atribuída ao setor público	974.332	75,9912	792.424	79,4432
Receita líquida atribuída ao setor privado	307.832	24,0088	205.048	20,5568

Descrição	Mar/2026	Mar/2025
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	398.626	168.467
Adições/Exclusões	(65.797)	(69.504)
Tributos com exigibilidade suspensa	2.318	1.778
Realização de Reserva de Reavaliação	320	326
Ajuste art. 58 da Lei nº 12.973/14	29	39
Outras Despesas e Receitas art. 187 Lei nº 6.404/76	42	78
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(68.506)	(71.725)
<b>Lucro Líquido ajustado a atribuir</b>	<b>332.829</b>	<b>98.963</b>
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ (75,99% / 79,44%)	252.921	78.619
Lucro atribuído ao Setor Privado (24,01% / 20,56%)	79.908	20.344
<b>IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público</b>	<b>63.230</b>	<b>19.655</b>

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ, que corresponde à exclusão de R\$ 63,2 milhões do IRPJ corrente.

NOTA 24 (continuação)

## Resultado do exercício

### 24.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2025	DRE	PL	Mar/2026
<b>(a) Ativo fiscal diferido — Não Circulante</b>	<b>188.698</b>	<b>12.623</b>	<b>595</b>	<b>201.916</b>
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	71.055	5.457	—	76.512
Passivo atuarial	13.365	2.065	19	15.449
Instrumentos Financeiros	—	—	525	525
Provisões sobre imunidade tributárias	44.657	1.290	—	45.947
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	13.091	506	—	13.597
Provisões trabalhistas	26.670	940	—	27.610
Medidas compensatórias	14.716	2.226	—	16.942
Outras provisões	5.144	139	51	5.334
<b>(b) Passivo fiscal diferido — Não Circulante</b>	<b>(82.319)</b>	<b>(21.861)</b>	<b>—</b>	<b>(104.180)</b>
Provisão Ativa — Receita a Faturar (CPC 47)	(27.007)	(18.968)	—	(45.975)
Provisões de processos trabalhistas — PSE	(21.356)	(1.466)	—	(22.822)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(15.179)	(510)	—	(15.689)
Provisão ativa — Fundos de Pensão	(18.777)	(917)	—	(19.694)
<b>(c) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante</b>	<b>106.379</b>	<b>(9.238)</b>	<b>595</b>	<b>97.736</b>

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 — Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 97,7 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 201,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 104,2 milhões).

### 24.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	398.626	398.626
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(135.533)	(135.533)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	121.318	94.780
Incentivos fiscais	—	1.055
Demais adições e exclusões	81.899	81.899
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	63.230	—
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	(23.811)	11.826
<b>(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)</b>	<b>(14.215)</b>	<b>(40.753)</b>

Sem a aplicação da imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 40,8 milhões. Nos termos do ICPC 22, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

NOTA 25

## Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex-pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpros — Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União, para fins de transação com partes relacionadas, os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

### 25.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar — EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

#### 25.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado — Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Tesouro Santa Catarina	—	131.276	—	—
Retenções e repasses	—	—	10.487	—
Contribuições Paritárias	—	—	11.101	—
Ações de Cobrança	—	—	13.344	—
Benefícios Pós-Emprego	—	—	—	1.082
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>131.276</b>	<b>34.932</b>	<b>1.082</b>

**NOTA 25 (continuação)**

## Partes relacionadas

O valor de R\$ 131,3 milhões no Ativo Não Circulante (faz parte do grupo Créditos Realizáveis a Longo Prazo), apresentado na tabela 25.1.1, refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório nº 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo nº 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 31/03/2026 é de R\$ 319,8 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 637ª, no final de março de 2026.

### 25.1.2 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado — DRE

(Despesas) / Receitas — Operação	até mar/2026
Contribuições à EFPC	(70.171)
Atualização Monetária — Letras Financeiras de Santa Catarina	4.897
<b>Total</b>	<b>(65.274)</b>

### 25.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Órgão	Cargo	Membro	Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Kleber Pereira dos Santos	x	
	Conselheiro	Paulo Mendonça Júnior	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Joyce Neyara Santos Lobo		x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva		x
	Conselheiro	Marco Aurélio Sobrosa Friedl		x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Ana Maria Mallmann Costi	x	
	Conselheiro	Tiago Corrêa de Araujo	x	
	Conselheiro	Guaraçay Augusto Ribeiro da Silva		x
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes		x
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo		Participante/Beneficiário
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	Eleição
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes		Participante/Beneficiário

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

**NOTA 25 (continuação)**

## Partes relacionadas

### 25.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

#### 25.2.1 Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento até março de 2026 somou **R\$ 1.163,7 milhões**. A relação dos 10 maiores, que representam **92,5%** do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

Cliente	Receita Bruta 1º Tri 2026	Receita Bruta 1º Tri 2025	Δ %
Secretaria da Receita Federal do Brasil	610.710	434.094	+40,7%
Ministério Gestão, Inovação e Serv Públicos	137.177	156.896	-12,6%
Ministério dos Transportes	75.544	33.375	+126,3%
Caixa Econômica Federal	71.542	33.677	+112,4%
MF Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	49.319	44.596	+10,6%
Ministério do Trabalho	41.542	—	n/a
Secretaria do Tesouro Nacional	38.805	38.652	+0,4%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	19.328	1.238	+1.461,2%
Empresa de Tecnologia e Informações	16.542	103	+15.960,2%
Ministério da Saúde	14.783	7.102	+108,2%
Demais Clientes	88.396	130.095	-32,1%
<b>Total</b>	<b>1.163.688</b>	<b>879.828</b>	—

Valores em aberto por cliente — em R\$ mil

Cliente	Em aberto 2026	Anos anteriores	Total
Secretaria da Receita Federal do Brasil	303.932	24	303.956
Ministério Gestão, Inovação e Serv Públicos	174.904	17.811	192.715
Caixa Econômica Federal	53.943	2.650	56.593
MF Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	29.284	1.481	30.765
Ministério do Trabalho	27.942	—	27.942
Ministério da Justiça e Segurança Pública	19.578	3.255	22.833
Secretaria do Tesouro Nacional	18.371	—	18.371
Ministério da Educação	7.373	—	7.373
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	6.973	189	7.162
DNIT — Dep. Nacional de Infraestrutura	3.782	2.637	6.419
Demais clientes	35.106	4.949	40.055
<b>Total</b>	<b>681.188</b>	<b>32.996</b>	<b>714.184</b>

**NOTA 25 (continuação)**

## Partes relacionadas

Quanto aos valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estes estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	mar/26	%
Créditos a receber de clientes a vencer	529.449	74,1%
Vencidos até 30 dias	35.789	5,0%
Vencidos de 31 a 60 dias	109.724	15,4%
Vencidos de 61 a 90 dias	16.809	2,4%
Vencidos de 91 a 180 dias	6.705	0,9%
Vencidos de 181 a 365 dias	6.760	0,9%
Vencidos mais de 365 dias	8.948	1,3%
<b>Total</b>	<b>714.184</b>	<b>100,0%</b>

### 25.2.2 Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O SERPRO mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Pública Federal, o excedente de caixa no importe de R\$ 2.129,0 milhões (Nota 4) e os depósitos judiciais e recursais efetuados a pedido da justiça alcançaram o montante de R\$ 364,3 milhões (Nota 19.3).

### 25.2.3 Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas — Balanço Patrimonial

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº 10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo — PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR). Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo, considerando o Parecer GQ nº 56 emitido pela AGU em 1995. Ao final de março de 2026, o SERPRO contava com 1.267 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Mar/2026	Dez/2025
Ressarcimento — Folha de pagamento	45.647	50.708
Provisões ACT	—	—
Ressarcimento — Sentenças judiciais (a)	4.595	4.595
<b>Total Circulante</b>	<b>50.242</b>	<b>55.303</b>
Ressarcimento — Sentenças judiciais (b)	155.641	155.641
Ressarcimento — Processos Trabalhistas (c)	152.122	147.586
(-) Redução ao valor recuperável	(12.502)	(12.502)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>295.261</b>	<b>290.725</b>

No circulante o saldo de maior destaque (R\$ 45,6 milhões em 2026) é referente às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas contra órgãos da administração pública federal pelas obrigações mensais. Já no ativo não circulante constam saldos a receber relacionados às sentenças judiciais de PSEs, em que o SERPRO desembolsou recursos para tais pagamentos e, posteriormente, emitiu NRs contra os órgãos de atuação desses PSEs.

NOTA 25 (continuação)

## Partes relacionadas

### 25.2.3.1 Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas — Resultado

O SERPRO emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o 1º trimestre de 2026 foram emitidos R\$ 54,4 milhões em NRs, cujos 5 órgãos em maior volume financeiro (93,3% do total) encontram-se elencados a seguir:

Cessionário	1º Trim 2026	1º Trim 2025	Δ%
Secretaria da Receita Federal do Brasil	34.497	33.030	+4,4%
Ministério da Fazenda	7.238	6.609	+9,5%
Advocacia-Geral da União	4.046	3.797	+6,6%
Ministério Gestão, Inovação e Serv Públicos	3.593	3.857	-6,9%
Presidência da República	1.370	1.346	+1,8%
Demais Cessionários	3.668	3.778	-2,9%
<b>Total</b>	<b>54.412</b>	<b>52.417</b>	<b>—</b>

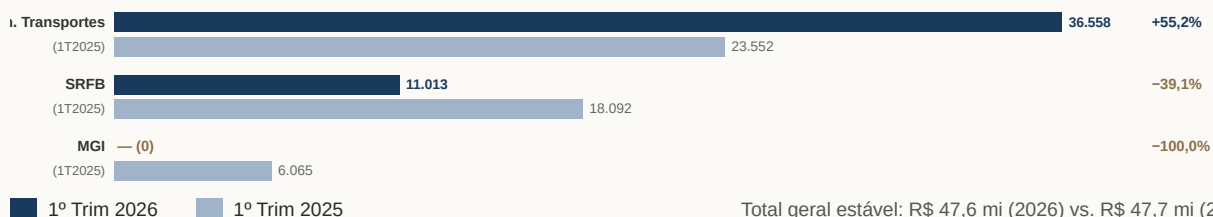
### 25.2.4 Medidas Compensatórias

As Medidas Compensatórias são valores que o SERPRO devolve a alguns clientes, decorrentes da exploração de serviços pelo SERPRO por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados.

Cliente	1º Trim 2026	1º Trim 2025	Δ%
Ministério dos Transportes	36.558	23.552	+55,2%
Secretaria da Receita Federal do Brasil	11.013	18.092	-39,1%
Ministério Gestão, Inovação e Serv Públicos	—	6.065	-100,0%
<b>Total</b>	<b>47.571</b>	<b>47.709</b>	<b>-0,3%</b>

#### Variação das Medidas Compensatórias por cliente — 1T2026 vs. 1T2025

Barras horizontais comparativas (R\$ mil) · Δ% indicado à direita



**NOTA 25 (continuação)**

## Partes relacionadas

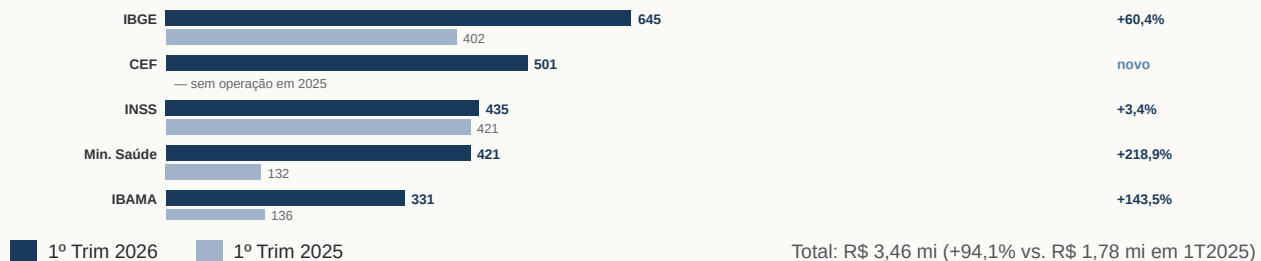
### 25.2.5 Compartilhamento de Espaços

O SERPRO aperfeiçoa continuamente a gestão dos espaços físicos, inclusive com o compartilhamento de espaços com órgãos da Administração Pública. Durante todo o trimestre foram recuperados valores dos referidos órgãos, cujos 5 principais estão destacados na lista a seguir:

Cliente	1º Trim 2026	1º Trim 2025	Δ%
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	645	402	+60,4%
Caixa Econômica Federal	501	—	n/a
Instituto Nacional do Seguro Social	435	421	+3,4%
Ministério da Saúde	421	132	+218,9%
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	331	136	+143,5%
Demais Clientes	1.130	692	+63,3%
<b>Total</b>	<b>3.464</b>	<b>1.784</b>	<b>+94,1%</b>

#### Crescimento da recuperação por cliente — 1T2026 vs. 1T2025

Evolução do compartilhamento de espaços com Administração Pública (R\$ mil)



### 25.2.6 Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 274,7 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. O regime adotado para PIS-PASEP/COFINS é o cumulativo. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (Nota 19.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto.

NOTA 26

## Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

### 26.1 Remunerações

Os valores pagos até o 1º Trimestre de 2026 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

#### 26.1.1 Valores pagos

Remuneração	Mar/2026
Empregados	530.860
Diretores	934
Conselho de Administração	75
Conselho Fiscal	45
Comitê de Auditoria	56
<b>Soma Global</b>	<b>531.970</b>

#### 26.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO no trimestre, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 58.097,49. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar). A maior remuneração no trimestre foi de R\$ 64.891,69 e a menor foi de R\$ 56.873,30, também considerando vantagens e benefícios. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 51.430,39 para o Diretor-Presidente e de R\$ 45.258,75 para os demais diretores.

NOTA 26 (continuação)

## Outras notas explicativas

### 26.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.998,55/mês para cada Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 6.260,49/mês para cada membro.

### 26.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia variam de R\$ 2.487,94 a R\$ 74.393,25. A média salarial para esses cargos é de R\$ 17.314,26. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 7.708,74 e R\$ 68.327,74 e média de R\$ 25.981,60. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 18.466,75.

## 26.2 Empregados

Descrição	Mar/2026
Número de empregados	7.325
Quadro Interno	6.058
Quadro Externo	1.267

## 26.3 Benefícios

Descrição	Mar/2026
Assistência Médica	80.164
Assistência Odontológica	173
Auxílio Alimentação	23.971
Auxílio Creche	1.247
Auxílio Filhos Especiais	1.661
Previdência Complementar	34.948
Auxílio Transporte	10
<b>Soma Global</b>	<b>142.174</b>

NOTA 27

## Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964); (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento; e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

### 27.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

#### LEI Nº 5.615/1970

**Art. 2º** É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização. (...)

**§ 4º** O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos. (...)

**Art. 2º-B.** É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Art. 3º** Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação. *Parágrafo único.* Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

#### LEI Nº 8.666/1993

**Art. 24.** É dispensável a licitação: (...)

**VIII** — para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (...)

**XVI** — para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.

**NOTA 27 (continuação)**

## Condições específicas do Serpro

### LEI Nº 14.133/2021

**Art. 75.** É dispensável a licitação: (...)

**IX** — para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

### 27.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais — situação já prevista na citada lei federal — mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.

CREDENCIAIS E INFRAESTRUTURA

# Confiança certificada para o Estado brasileiro

A operação do SERPRO é sustentada por padrões internacionais de segurança da informação, privacidade e disponibilidade de data centers.

**R\$ 944,3<sup>mi</sup>**RECEITA BRUTA  
DO TRIMESTRE**7.325**

EMPREGADOS

**≥99,98 %**DISPONIBILIDADE DOS  
DATA CENTERS TIER III**2**DATA CENTERS  
SÃO PAULO E BRASÍLIA**24/7**

## Operação contínua

Os data centers do SERPRO operam ininterruptamente, sustentando sistemas estruturantes do Estado brasileiro — Receita Federal, gov.br, INSS Digital, Carteira de Identidade Nacional, ecossistema SINESP, entre outros.